



**ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO**

APOSTILA Nº 01 AO CONTRATO Nº 009/2016-MP/PA

O EXMO. SR. MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESOLVE:

EXPEDIR a presente apostila ao **Contrato nº 009/2016-MP/PA**, cujo objeto consiste na aquisição de solução de TI do tipo Data Discovery, firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ** e a empresa **INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA**, para registrar:

I - A correção do valor unitário de 01 (uma) licença perpétua *QlikView Enterprise Edition Enterprise Server* de R\$80.479,00 para **R\$80.497,00** (oitenta mil, quatrocentos e noventa e sete reais), conforme valor constante na Ata de Registro de Preços vinculada ao edital do Pregão Eletrônico 009/2014-CCFEx/FSJ.

Esta apostila é parte integrante do contrato supramencionado.

Belém-PA, 24 de FEVEREIRO de 2016.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Ministério Público do Estado do Pará

Procurador-Geral de Justiça

0254002993 - RECURSO PRÓPRIO FUNDO CAPITAL	6.229,36				6.229,36
0258002992 - FINANPREV CONT. PATRONAL OUTROS	913.236,27				913.236,27
0306000000-REC. PROV. DE TRANSFERÊNCIAS -CONVENIOS	1.055.957,56	726.299,16			329.658,40
0654002992 - FINANPREV CONT. SERVIDOR OUTROS	434.992,96				434.992,96
0654002993 - RECURSO PRÓPRIO FUNDO CAPITAL	2.412,86				2.412,86
0658002992 - FINANPREV CONT. PATRONAL OUTROS	432.989,96				432.989,96
0175000000 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO	363.230,34				363.230,34
0375000000- FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO	59.849,50				59.849,50
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-570.327,69				-570.327,69
010100000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-650.075,58				-650.075,58
030100000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-1.332.045,20				-1.332.045,20
01010002512 - FOLHA INATIVO/PENSION. OUTROS	949.638,96				949.638,96
03010002512 - FOLHA INATIVO/PENSION. OUTROS	462.154,13				462.154,13
TOTAL (III) = (I + II)	3.430.954,79	0,00	726.299,16	0,00	2.704.655,63

FONTE: SIAFEM, Divisão de Recursos Financeiros, 24/fev/2016, às 10h.

CEZAR COLARES
Conselheiro Presidente
EVERALDO RAMOS PINHEIRO
Diretor de Orçamento e Finanças
ROSANA MARIA MORAES FERREIRA DA GAMA
Controle Interno

* Republizado por incorreção no DOE nº 33059, de 29/01/2016.

ESTADO DO PARÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - ANEXO 7

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

R\$ 1,00

Receita Corrente líquida

VALOR ATÉ O BIMESTRE

16.789.901.790,47

DESPESA COM PESSOAL

VALOR

% SOBRE A RCL

Despesa Total com Pessoal - DTP

90.403.435,49

0,5400%

Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,68%

114.171.332,18

0,6800%

Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,64%

108.462.765,57

0,6460%

DÍVIDA CONSOLIDADA

VALOR

% SOBRE A RCL

Dívida Consolidada Líquida

Limite Definido por Resolução do Senado Federal

GARANTIAS DE VALORES

VALOR

% SOBRE A RCL

Total das Garantias Concedidas

Limite Definido por Resolução do Senado Federal

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

VALOR

% SOBRE A RCL

Operações de Crédito Internas e Externas

Operações de Crédito por Antecipação da Receita

Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas

Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita

RESTOS A PAGAR

INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

NÃO DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM

PROCESSADOS DO EXERCÍCIO

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)

12.704.655,63

Valor Total

FONTE: SIAFEM, Divisão de Recursos Financeiros, 24/fev/2016, às 10h.

CEZAR COLARES
Conselheiro Presidente
EVERALDO RAMOS PINHEIRO
Diretor de Orçamento e Finanças
ROSANA MARIA MORAES FERREIRA DA GAMA
Controle Interno

Protocolo 931215

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIO

PORTARIA Nº 30.757, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

DESIGNAR a Excelentíssima Senhora Conselheira Substituta **MILENE DIAS DA CUNHA**, matrícula nº 0101024, para participar da posse da nova composição e mesas diretoras da AUDICON, ATRICON, IRB e ABRACOM, em Brasília-DF, concedendo-lhe 01 (uma) diária ½ (meia), para os dias 02 e 03-03-2016.

Protocolo 930966

PORTARIA Nº 30.760, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

I - DESIGNAR os servidores **JOSÉ RODOLFO LEITE JUCA**, Auxiliar Técnico de Controle Externo - Administrativo, matrícula nº 0695564; **JOSÉ ADAIL VIEIRA FILHO**, Assessor Técnico Administrativo, matrícula nº 0014060; **GISELE MOURA DE QUEIROZ**, Auditor de Controle Externo - Direito, matrícula nº 0100866; **MARCIA BASTOS NAIF DAIBES**, Auditor de Controle Externo - Direito, matrícula nº 0695335; **RENATA PIQUEIRA DE ANDRADE SOARES**, Analista Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 5616735; **MARCELO GONÇALVES LOBO**, Técnico Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 0100229 e, para, sob a presidência do primeiro, constituírem, como membros efetivos, a Comissão Permanente de Licitação deste Tribunal, funcionando como suplentes **LUIZ CLÁUDIO DE MORAES MATOS**, Coordenador de Apoio Técnico, matrícula nº 0100296; **NELSON MESQUITA DE ARAÚJO**, Auditor de Controle Externo - Engenharia

Civil, matrícula nº 0100317 e ANA MARIA DA MOTTA GARCIA, Auxiliar Técnico de Controle Externo Administrativo, matrícula nº 0100298.
II - Atribuir aos membros efetivos da Comissão Permanente de Licitação o disposto no artigo 132,VI, combinado com o artigo 139, § 1º, ambos da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.

otocolo 930970

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE
CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA: 01/2016

Data: 23/02/2016
Valor: R\$ 1.900,00
Objeto: Prestação de serviço relativo à confecção de 02 (duas) peças.
Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
Data de Ratificação: 23/02/2016
Orçamento:
Unidade Orçamentária: 37101

Programa de Trabalho: 370101 01.122.1442.8515

Natureza da Despesa: 33903600

Fonte do Recurso: 0101000000

Origem do Recurso: Estadual

Contratado(s):

Nome: RITA TEIXEIRA MOURA

Endereço: Rua Rodolfo Chermont, Residencial Ipuan, Rua C,

Casa nº 21, CEP: 66.615-182, Belém/PA

Telefones: (91) 98280-4356

Ordenador: ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE

Protocolo 931186

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

APOSTILAMENTO

EXTRATO DE APOSTILA AO CONTRATO

Nº DA APOSTILA: 1º

Nº DO CONTRATO: 009/2016-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará

e a empresa INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E

INFORMÁTICA LTDA (06.984.836/0001-54).

Objeto e justificativa da Apostila: A correção do valor unitário

de 01 (uma) licença perpétua QlikView Enterprise Edition



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
A IMPRENSA OFICIAL DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioe.pa.gov.br
Data: Quinta-feira, 25 de Fevereiro de 2016 às 0:00:00

Enterprise Server de R\$80.479,00 para R\$80.497,00 (oitenta mil, quatrocentos e noventa e sete reais), conforme valor constante na Ata de Registro de Preços vinculada ao edital do Pregão Eletrônico 009/2014-CCFEX/FSJ.
Data da Assinatura: 24/02/2015
Ordenador responsável: Marcos Antonio Ferreira das Neves.

Protocolo 931313

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 927/2016-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor MARCIO MARTINS DE LIMA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.881, lotada na Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia, a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 22/02/16 a 22/04/16, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.092.1357.6463

Implementação de Atividades em Defesa da Sociedade.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 1.000,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.000,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 24 de fevereiro de 2016.

ANILY SÉRIO FRANÇA JÚNIOR

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Protocolo 931190

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º

004/2016-MP/2ª PJDIAT/BELÉM-PA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares, torna pública a Portaria n.º 004/2016-MP/2ªPJDIAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.

Portaria de Instauração n.º 004/2016

Data da Instauração: 18/02/2016

Objeto: Garantir o atendimento à saúde mental e o acolhimento adequado do Sr. PAULO HENRIQUE ARAÚJO DA ROCHA, pessoa com aparente sofrimento psíquico, usuário de substância entorpecente, sem referência familiar, e que se encontra em situação de rua, próximo à Agência do Banco do Brasil, localizada na Avenida Conselheiro Furtado, n.º 799, Bairro: Batista Campos, CEP: 66.025-160, nesta cidade de Belém-PA.

Promotora de Justiça: Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares (titular)

Protocolo 930855

EXTRATO DA PORTARIA Nº 005/2016-MP/11ªPJMAB

O 11ª Promotor de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório pela portaria nº 005/2016-MP/11ªPJMAB, registrado sob o número único 000165-940/2016 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP. 68.500-000 - Marabá - Pará - Fone/Fax: (94) 3312-9900 / 3312-9909.

Portaria nº 005/2016-MP/11ªPJMAB

Investigado: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ; BAR VÔ LIVRE.

Assunto: Apurar possível prática de improbidade administrativa referente ao Termo de Permissão de Uso de Bem Público relativos ao imóvel onde se localizava o BAR VÔ LIVRE.

Marabá/PA, 19/02/2016

Júlio César Sousa Costa - Promotor de Justiça

Protocolo 930856

EXTRATO DA PORTARIA Nº 006/2016-MP/11ªPJMAB

O 11ª Promotor de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório pela portaria nº 006/2016-MP/11ªPJMAB, registrado sob o número único 000187-940/2016 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP. 68.500-000 - Marabá - Pará - Fone/Fax: (94) 3312-9900 / 3312-9909.

Portaria nº 006/2016-MP/11ªPJMAB

Investigado: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARABÁ.

Assunto: Apurar provável existência de atos de improbidade administrativa relativos à contratação de agentes de combate a endemias pela Secretaria Municipal de Saúde de Marabá.

Marabá/PA, 22/02/2016

Júlio César Sousa Costa - Promotor de Justiça

Protocolo 930858

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 000205-151/2015 -

MP/4ªPJ/DPP/MA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 4º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES, torna pública a Conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil nº 000205-151/2015-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 018/2016

Data da Instauração: 19/02/2016

Objeto: Apurar possíveis irregularidades cometidas pela Comissão Executiva da Câmara Municipal de Belém, composta pelos vereadores Orlando Reis Pantoja, Vitor Cunha e Eduarda Louchard, em razão de terem decidido conceder, através dos Atos nº 0856/2015 e 0857/2015, aos secretários legislativos o ticket refeição no valor de R\$2.450,00 e aos vereadores o ticket combustível no valor de R\$2.880,00.

Promotora de Justiça: HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES
Promotoria de Justiça: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo 930859

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 000196-151/2015 -

MP/4ªPJ/DPP/MA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 4º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES, torna pública a Conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil nº 000205-151/2015-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 017/2016

Data da Instauração: 18/02/2016

Objeto: Apurar possíveis irregularidades com relação à contratação, pela Secretária de Estado de Saúde Pública - SESPA -, da Empresa PARATEC comercial Ltda. e comercial Barbosa, para o fornecimento de material permanente para atender as necessidades do CAPS Marambaia/1º CRS

Promotora de Justiça: HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES
Promotoria de Justiça: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo 930860

EXTRATO DA PORTARIA 01/2016-2ªPJM/MP -

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Promotor de Justiça do 2º Cargo da Promotoria de Justiça de Mosqueiro, com fundamento no art. 54, VI e § 3º, da Lei Complementar nº 057/2006 e no Art. 4º, inciso VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, 17/09/2007, torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 01/2016-MP-2ª-PJM, tendo como investigada a Senhora NORMA MARIA GUIMARÃES PANTOJA e objeto de investigação o possível acúmulo de remuneração do programa Bolsa Família com a remuneração do Cargo para o Conselho Tutelar, a qual poderá, em tese, configurar inidoneidade para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar em Mosqueiro.

MAURO JOSÉ MENDES DE ALMEIDA - Promotor de Justiça - 2º Cargo

Protocolo 930861

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP. A IMPRENSA OFICIAL DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioe.pa.gov.br
Data: Quinta-feira, 25 de Fevereiro de 2016 às 0:00:00

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 002/2016

Investigados: Os fornecedores comerciantes de São Félix do Xingu

Assunto: Que os comerciantes observem as normas de direito consumerista no tocante à indicação de preço nos produtos ou leitor digital com distância máxima de 15 metros, dentre outras recomendações.

Flávia Miranda Ferreira - 2ª Promotora de Justiça de São Félix do Xingu/PA

Protocolo 930864

PORTARIA Nº 7914/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, em sua 14ª Sessão Ordinária, realizada em 6/8/2014, unanimemente, decidiu pelo deferimento do pedido de afastamento parcial do Dr. Renato Belini de Oliveira Costa, Promotor de Justiça, devendo ser designado para atuar em cargos de Promotoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém, conforme manifestação da Subprocuradoria-Geral de Justiça para área Jurídico-Institucional;

CONSIDERANDO que, excepcionalmente, o Promotor de Justiça pode exercer suas atribuições em Promotoria de Justiça diversa da qual for titular;

CONSIDERANDO que a decisão proferida nos autos do Processo em epígrafe justifica tal medida excepcional;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º cargo das Promotorias de Justiça Criminal de Ananindeua;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Resolução nº 002/2009/MP/CSMP;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça RENATO BELINI DE OLIVEIRA COSTA para, com prejuízo das atribuições originárias e em atuação conjunta, exercer nas Promotorias de Justiça Criminal de Ananindeua, as atribuições do 1º cargo, exclusivamente perante a 5ª vara criminal, no período de 1º a 31/1/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 17 de dezembro de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área Jurídico-Institucional.

PORTARIA Nº 7950/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a vacância do 3º cargo das Promotorias de Justiça de Benevides;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 3º cargo das Promotorias de Justiça de Benevides;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 175/2015-MP/PJB/Coord., de 15/12/2015, protocolizado sob n.º 59383/2015;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça FÁBIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA para exercer nas Promotorias de Justiça de Benevides, as atribuições do 3º cargo, no período de 19/1 a 29/2/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 18 de dezembro de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área Jurídico-Institucional

PORTARIA Nº 7952/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º cargo das Promotorias de Justiça Criminal de Belém;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob n.º 58475/2015;